



3R CAPACITA CURSOS E CAPACITAÇÕES

CHECKLIST – FRAUDES EM LICITAÇÃO - OBRAS**Objetivo:** Garantir que os trabalhos de avaliação fraudes em licitação de compras sejam executados de forma objetiva, eficiente e padronizados.

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1. Projeto “Mágico”				
1.1 Especificação Direcionada/Restritiva				
1.1.1 O objeto licitado está definido de forma imprecisa e insuficiente ?	Art. 14 da Lei nº 8.666/1993; Súmula/TCU nº 177.			
1.1.2. Há indicação de marca no Projeto Básico/Termo de Referência sem justificativa?	O art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993; Acórdãos 559/2017 – P			
1.2 Vinculação do autor do PB com o licitante				
1.2.1 O autor do Projeto Básico participa, ainda que indiretamente, da licitação?	O art. 9º, I, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 486/2011-TCU-1a Câmara, Resolução de Consulta TCE/MT 05/2016.			
1.2.2 Houve aprovação do Projeto Básico sem o ART do Responsável Técnico?	Súmula TCU 260			
1.2.3 Na composição analítica do BDI, deixou-se de considerar a alíquota real efetiva de ISSQN , deduzindo da base de cálculo o valor dos materiais fornecidos?	LC 116/03, Ac TCU 32/2008 – P e 1451 – 2006 – P.			
1.2.4 Há presença indevida de itens na composição do BDI (IRPJ, CSLL, Administração Local, mobilização e desmobilização)?	Súmula TCU nº 254			
1.2 Fracionamento, parcelamento e loteamento				
1.3.1 Há fracionamento com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	Alínea "b" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; Acórdãos nº 2269/2016 e Súmula nº 11/2015 do TCE/MT.			
1.3.2 Nos editais das licitações cujo objeto seja divisível, houve falta de parcelamento do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de adjudicar por item e adjudicou o objeto pelo menor preço global?	Art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993; Súmula 247 do TCU; Acórdão 1162/2914 – TP do TCE/MT.			
1.3.3 Diante da comprovação da inviabilidade técnica e/ou econômica da realização de licitação independente daquela da obra, para a aquisição de equipamentos/materiais , foi atribuído BDI igual a esses itens?	Súmula 253 do TCU e Acórdão TCU nº 325/2007 – P.			
1.3.4 Se a licitação foi realizada por lote ou grupo de itens, houve inclusão de um item exclusivo a ponto de restringir a um único licitante?	Acórdão no 1691/2019 – TCU – Plenário			
1.4 Sobrepreço/Orcamento Falso				

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1.4.1 Os preços de referência de obras estão fora da mediana dos sistemas referenciais (SINAPI, SICRO, etc)?	Acórdãos 2.154/2009, 2.002/2009, todos do Plenário; Decreto nº. 7.983/2013 (art. 3º e 4º) e LDO.			
1.5 Superestimativa				
1.5.1 . As quantidades licitadas são incompatíveis com a demanda?	Art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993; Acórdão 331/2009 – TCU – Plenário.			
1.6 Registro de Preços Irregular				
1.6.1 Foi realizado Registro de Preços para contratação de obras ou serviços especiais de engenharia? A Súmula 247 do TCU veda SRP para obras, permitindo apenas para serviços comuns de engenharia.	Súmula 257 e Acórdão TCU 1381/2018-Plenário			
1.7 Favorecimento indevido de ME e EPP (Quando aplicável)				
1.7.1. Houve participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, com faturamento superior ao limite no ano anterior ou no ano de realização da licitação, amparada por declaração com conteúdo falso?	Acórdãos TCU 1797/2014, 1104/2014, 922/2014, 824/2014, 1552/2013, todo do Plenário			
1.7.2 Foi constatada participação simultânea de empresas coligadas em licitação afronta a legislação quando evidenciado que a empresa de maior porte - não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte - busca usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 por meio da sociedade de pequeno porte?	Acórdão TCU 2978/2013-Plenário			
2. Edital Restritivo				
2.1 Preâmbulo				
2.1.1. O edital proíbe apresentação de documentos pela via postal, fax, telegrama ou e-mail ?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário e Acórdãos TCE/MT nº 1.199/2014 – TP e 3.280/2015 – TP.			
2.1.2. A previsão orçamentária é inadequada?	Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 4910/2013 TCU-2a Câmara			
2.1.3. Havendo recurso federal, deixou-se de adotar o pregão eletrônico sem justificativa?	Art. 1º do Decreto 5.450/2005; Acórdãos 1.455/2011 e 1.631/2011-TCU – Plenário			
2.1.4. Falta parecer jurídico no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	Art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993; Acórdão nº 689/2013 - P, Acórdão TCE/MT nº 471/2016 – TP.			
2.1.5. Exige-se indevidamente que comprovante de compra do edital faça parte dos documentos de habilitação?	Acórdãos TCU 3192/2016-Plenário,; Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
2.2. Condições de Participação				
2.2.1. O edital veda a participação de consórcios sem a devida motivação?	Acórdão n.º 2303/2015 – P; Acórdão TCE/MT 949/2014 – TP.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em litígio judicial com a Entidade?	Lei 8.666/1993, §5º do art. 30; Acórdãos nº 2.434/2011-TCU-Plenário, 1.336/2010-TCU.			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
2.2.3. Para obter o edital, exige-se valor incompatível com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Acórdão 3014/2015-TCU-P, 2749/2011-TCU-P			
2.2.4. O ato convocatório estabelece cláusulas desnecessárias ou inadequadas , que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Acórdãos TCU 1.028/2011, 354/2008 e 3192/2016, todos do Plenário.			
2.2.5. Houve proibição de participação de empresas com sócios em comum ou empresas de mesmo grupo econômico ? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL; Acórdão TCU 3108/2016-1ªC e Acórdão TCE/MT 158/2016 – SC.			
2.2.6. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, amostras a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdãos 1.291/2011-TCU-Plenário, 2.780/2011-TCU-2a Câmara, 4.278/2009-TCU-1a todos do Plenário do TCU.			
2.2.7. Foi vedada a participação de empresa em recuperação judicial ? Obs.: A certidão positiva não implica imediata inabilitação, podendo ser aceito, desde que a empresa tenha plano de recuperação judicial homologado.	PARECER AGU no 04/2015/CPLC/DEPCON5U/PG F/AGU, 12/05/2015 e acórdão TCU no 8272/2011 – 2 Câmara) [L] [SEP]			
2.2.8. Servidor público em cargo de influência sobre a licitação (Parecerista, cpl/pregoeiro, autoridade competente, orçamentista, etc) participa, mesmo que indiretamente, do certame?	Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdão nº 1793/2011-TCU-Plenário; Consulta nº 5/2016-TP do TCE/MT.			
2.3. Habilitação Jurídica				
2.3.1. Exige-se alvará de funcionamento que comprove localização específica do licitante?	Acórdão 855/2009-TCU-P, Acórdão TCE/MT 1.199/2014-TP e Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
2.3.2. Foi exigida indevidamente certidão simplificada expedida pela junta comercial do estado da sede da licitante?	Ac. TCU 1778/2015 – P; Ac. 7856/2012 – Segunda Câmara.			
2.3.3. Foram aceitos como válidos atestados de capacidade técnico-operacional que dizem respeito a serviços executados em data anterior à alteração do contrato social?	Acórdão TCU nº 642/2014 – Plenário			
2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista				
2.4.1. Exige-se “ quitação ” em vez de “ regularidade ” fiscal?	Art. 29, III, Lei no 8.666/93; Súmula TCU nº 283, de 26/06/2013; Acórdão 35/2015 – SC do TCE/MT.			
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de “ débito salarial ou infrações trabalhista ”?	Acórdão TCU 3088/2010 e 951/2007, ambos do Plenário			
2.4.3. Foi exigida indevidamente Certidão de Regularidade Sindical e Guias de Recolhimento de sindicato ?	Acórdãos do TCU no 697/2006-P, 3.088/2010-P e 951/2007-Plenário.			
2.5. Qualificação Técnica				
2.5.1. Exige-se certificado de qualidade que não é obrigatório por lei? (Exemplos: ISO, ABIC, etc).	Acórdãos 539/2015, 381/2009, 1542/2013 e 3291/2014, todos do Plenário do TCU.			
2.5.2. Exige-se número mínimo, máximo ou fixo de atestados?	Acórdão TCU 1.949/2008, 1.780/2009, ambos do plenário e Acórdão TCE/MT 1.158/2014 –			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
	TP.			
2.5.3. O edital exigiu comprovação de quantitativo mínimo de serviços prestados superiores a 50% do quantitativo a executar?	Acórdãos do TCU nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.215/2008 e 3070/2013, todos do Plenário.			
2.5.4. O edital vedou o somatório de atestados para comprovação da quantidade mínima de serviço compatível com o objeto licitado sem justificativa?	Acórdãos TCU nºs 1.898/2006, 170/2007 e 13.260/2011, todos do Plenário			
2.5.5. Foi exigida qualificação técnica em relação a parcelas pouco relevantes do objeto licitado?	Inciso I do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93; Súmula TCU 263/2011.			
2.5.6. O edital proibiu a apresentação de atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico ?	Acórdão TCU 451/2010 e Acórdão - 2.241/2012, ambos do plenário.			
2.5.7. A qualificação técnica exige profissional do quadro permanente , restringindo a forma de comprovar esse vínculo (somente carteira de trabalho, por exemplo), sem permitir que se comprove por meio de contrato de trabalho regido pela legislação civil comum?	Acórdão TCE/MT 164/2015 – SC e 471/2016 - TP; Acórdãos TCU, 3.291/2014, 1.447/2015 e 872/2016, todos do Plenário.			
2.5.8. Exige-se carta de solidariedade ou credenciamento do fabricante do produto?	Acórdão nº 1.805/2015 – Plenário e 1.350/2015 – Plenário			
2.5.9. Foi exigida indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos ?	Ac TCU 1224/2015 e 944/2013 - P			
2.5.10. Há exigências de quantidade mínima de serviços a executar para comprovar capacidade técnico-profissional ?	Acórdãos do TCU nº 2.882/2008, 1873/2015, 2605/2016, todos do Plenário.			
2.5.12. Houve exigência de que a visita técnica fosse realizada somente pelos responsáveis técnicos da licitante?	Acórdãos TCU nº 2299-2011 – Plenário, Acórdãos TCE/MT nº 2.333/2014 – TP			
2.5.12. Há exigência indevida de visto junto ao CREA do local de execução da obra?	Art. 58 da Lei nº 5.194/1966; Acórdão TCU 1328/2010 - P			
2.5.12. Foi exigida comprovação de propriedade, disponibilidade ou localização prévia de equipamentos ou outros elementos antes da licitação?	Art. 30, § 6º, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 381/2009, 2915/2013 e 1265/2009 - Plenário do TCU.			
2.5.13. Foi exigido atestado com limitação de tempo? Por exemplo, comprovação que já executou serviço compatível nos últimos 5 anos.	Acórdão TCU 2205/2014 – 2ª Câmara			
2.5.14. Foi exigido comprovação de qualificação técnica de parcelas do objeto da licitação que poderão ser objetos de subcontratação ? LGL, art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93.	Art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93; Acórdão TCU 6219/2016-Segunda Câmara.			
2.6. Qualificação Econômico-Financeira				
2.6.1. Exige-se cumulativamente garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	Súmula TCU nº 275.			
2.6.2. Exige-se capital social integralizado ?	Acórdão TCU nº 1944/2015, 1842/2013, – ambos do Plenário			
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os percentuais máximos fixados na lei?	Art. 31, §3o, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 8140/2012-TCU-2ªC, 1.335/2010-TCU-Plenário			
2.6.4. Foi exigida fotocópia integral do livro diário das empresas?	Ac TCU 2962/2015 - P			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
2.6.5. Exige-se certidão negativa de Corregedoria de Justiça ?	Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal; Acórdão TCU nº 768/2007 – Plenário.			
2.6.6. Os índices contábeis são incomuns e estão acima de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5 ou Grau de Endividamento de no máximo 0,3)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Súmula TCU 289/2016.			
2.6.7. Exige-se certidão negativa de protesto ?	Acórdãos TCU 1.336/2010-Plenário; Acórdão 53/2016 – SC e 2.333/2014 – TP do TCE/MT.			
2.6.8. Exige-se declaração de idoneidade financeira ?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.			
2.7. Critérios para Julgamento				
2.7.1. Nos processos realizados na modalidade convite, há pelo menos três propostas válidas?	Art. 22, §§ 3o e 7o, da Lei 8.666/1993; Súmula/TCU 248; Súmula do TCE/MT 04/2013.			
2.7.2. Nos processos realizados na modalidade convite, foram convidadas licitantes cujo ramo de atividade econômica seja incompatível com o objeto de licitação?	Acórdãos 1.313/2011-TCU-Plenário, e 3.472/2007-TCU-2a Câmara; Acórdão nº TCE/MT 179/2015-PC.			
2.7.3. O edital deixou de fixar critério de aceitabilidade de preços unitário e global ?	Art. 40, inciso X, da Lei 8.666, de 1993; Súmula nº 259/2010 do TCU			
2.8. Condições de Pagamento				
2.8.1. Consta cláusula no edital de licitação prevendo a realização de pagamento antecipado sem observância dos pressupostos fixados pelo TCU?	Art. 62 da Lei 4.320/1964; Resolução de Consulta TCE/MT nº 50/2011 e 3/2016 – TP			
3. Publicidade Precária				
3.1. A publicidade do certame é insuficiente ou inadequada ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	Artigo 21, §§ 2º e 3º, da Lei 8666/93, TCU Decisão 233/1996-1C			
3.2. Deixou-se de publicar os editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados no sítio oficial da entidade ?	Lei nº 12.527/2011, arts. 3º, I a V, 5º, 7º, VI, e 8º, §1º, IV, e §2º; Acórdão TCU nº 2622/2015-Plenário.			
3.3. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em jornal diário de grande circulação ?	Acórdãos 227/2007-TCU-Plenário; Resolução de Consulta no 27/2012 do TCE-MT; Acórdão TCE/MT 142/2016 – SC.			
4. Simulação/Montagem de Processos Licitatórios				
4.1 Os documentos da licitação (pesquisa de preço, documentos de habilitação, propostas, etc.) apresentam indícios de simulação/montagem do processo de contratação?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário; Acórdão 1107/2014-Plenário do TCU; Acórdão nº 228/2002 – Plenário do TCU.			

Cuiabá-MT, ____/____/____	Auditor responsável pela análise (nome e assinatura)
---------------------------	--

Atualizado em 04.10.2019